

FACULDADE DE ENFERMAGEM NOVA ESPERANÇA DE MOSSORÓ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

LÍVIA DANDARA VIEIRA MAIA

**O CONHECIMENTO DAS MULHERES ACERCA DOS IMPACTOS DA POBREZA
MENSTRUAL**

MOSSORÓ/RN
2022

LÍVIA DANDARA VIEIRA MAIA

**O CONHECIMENTO DAS MULHERES ACERCA DOS IMPACTOS DA POBREZA
MENSTRUAL**

Monografia apresentada à Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró – FACENE/RN – como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Prof.^a Me. Ana Cristina Arrais

MOSSORÓ/RN
2022

Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró/RN – FACENE/RN.
Catalogação da Publicação na Fonte. FACENE/RN – Biblioteca Sant'Ana.

M217c Maia, Livia Dandara Vieira.

O conhecimento das mulheres acerca dos impactos da
pobreza menstrual / Livia Dandara Vieira Maia. – Mossoró,
2022.

43 f.: il.

Orientadora: Profa. Me. Ana Cristina Arrais.
Monografia (Graduação em Enfermagem) – Faculdade
de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró.

1. Menstruação. 2. Saúde. 3. Mulher. 4. Políticas
Públicas. I. Arrais, Ana Cristina. II. Título.

CDU 613.99:618.17-008.8

LÍVIA DANDARA VIEIRA MAIA

**O CONHECIMENTO DAS MULHERES ACERCA DOS IMPACTOS DA POBREZA
MENSTRUAL**

Monografia apresentada à Faculdade de
Enfermagem Nova Esperança de Mossoró –
FACENE/RN – como requisito obrigatório para
obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Me. Ana Cristina Arrais
FACENE/RN

Prof.^a Dra. Fabíola Chaves Fontoura
FACENE/RN

Prof.^a Me. Joseline Pereira Lima
FACENE/RN

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus por me conceder toda força, coragem e resiliência necessárias até aqui.

Ao meu pai, Vaiston Maia, a quem sempre pude contar, por toda ajuda e suporte dados nestes quatro anos de faculdade, atravessando toda e qualquer dificuldade, seu esforço valeu a pena.

À minha mãe, Gélia Maria Vieira, que sempre chorou, sorriu, gritou e sonhou comigo todas as conquistas de uma vida inteira, acreditando e defendendo o que era melhor para mim. Obrigada, foi por vocês!

À minha orientadora, Ana Cristina Arrais, por toda paciência e dedicação na construção deste projeto, ter você comigo compartilhando de seus conhecimentos foi de extrema importância.

E às minhas bebês, Eduarda Marillac e Alice, cujos corações são os mais lindos. Só gratidão por ter vocês comigo.

Me levanto
sobre o sacrificio
de um milhão de mulheres que vieram antes
e penso
o que é que eu faço
para tornar essa montanha mais alta
para que as mulheres que vierem depois de mim
possam ver além
(KAUR, 2018, p. 213)

RESUMO

A pobreza menstrual é uma condição que acomete meninas e mulheres pelo mundo. Ela se dá pela falta de acesso aos produtos essenciais no período menstrual, informação e meios para higiene íntima adequada. A falta desses itens em suas vidas, geralmente se dá pelo fato de muitas mulheres não poderem comprá-los ou não veem o absorvente como um item essencial. O presente estudo teve como anseio: colaborar com o incremento de informações para a comunidade em geral, bem como entender o conhecimento das mulheres sobre os impactos que a pobreza menstrual ocasiona. A pesquisa teve como objetivo geral: estudar o conhecimento das mulheres acerca dos impactos da pobreza menstrual e como objetivos específicos: conhecer os fatores que interferem no acesso às informações sobre a pobreza menstrual, discutir o conhecimento das mulheres sobre os cuidados íntimos durante o período menstrual e investigar a percepção das mulheres sobre as consequências ocasionadas pelos impactos da pobreza menstrual. Trata-se de um Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Enfermagem que corresponde a uma pesquisa de campo, de caráter descritivo e exploratório com abordagem qualitativa. O estudo trouxe um formulário com perguntas abertas que foi aplicado às mulheres usuárias da Unidade Básica de Saúde Francisco Marques da Silva, na cidade de Mossoró/RN. Foram entrevistadas 20 mulheres com idade a partir de 18 anos, que aceitaram participar da pesquisa e que estavam presentes na UBS. O instrumento de coleta de dados foi a aplicação de um formulário elaborado pela pesquisadora (APÊNDICE B) com perguntas abertas que foram feitas individualmente para a preservação da privacidade de todas. As respostas foram gravadas com o auxílio de um aparelho telefônico e posteriormente transcritas na íntegra. Como forma de manter o anonimato das participantes, à elas foi atribuído a letra “P” seguida de um número ordinal a cada letra (P1, P2, P3, P4...). Os dados foram analisados utilizando o método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Com relação aos aspectos éticos, a pesquisa baseou-se na resolução 466/12, que regulamenta a pesquisa com seres humanos, respeitando a dignidade e a proteção especial aos participantes da pesquisa científica e a resolução do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) nº 564/2017 que embasa a pesquisa quanto ao respeito ao Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. O projeto foi aprovado com o número do parecer: 5.357.748 e CAAE: 56880322.3.0000.5179. No relato das participantes, pôde-se perceber que elas têm um conhecimento muito raso ou nenhum conhecimento sobre a temática. Entendem que a higiene íntima é necessária durante a menstruação para evitar o acometimento dos impactos ocasionados pela pobreza menstrual, e que é dever do governo tomar medidas para redução do problema. Com isso, o estudo proporcionou o debate de um tema pouco discutido dada sua relevância nos dias atuais. Por isso, fica claro a necessidade de mais divulgação sobre a pobreza menstrual e seus impactos, para a desmistificação de tabus associados a menstruação, como também a criação de políticas públicas que amparem as mulheres acometidas com essa adversidade.

Palavras-chave: menstruação; saúde; mulher; políticas públicas.

ABSTRACT

Period poverty is a condition that affects girls and women around the world. It happens due to the lack of access to essential products, information, and means for an adequate intimate hygiene during the menstrual cycle. The deficit of those resources in their lives, occurs due to many women not being able to afford or not seeing pads and tampons as an essential item. The present study aimed to contribute to: the increase of information for the community in general, as well as to understand women's knowledge about the impacts that menstrual poverty causes. The general goal of this research was to: study women's comprehension of menstrual poverty care; and the specific goals were to: acknowledge the factors that interfere with the access of information about period poverty; discuss women's knowledge on the intimate care during a menstrual period; and investigate their perception on the consequences that occur due to the impact of period poverty. This is an undergraduate Nursing school thesis, that corresponds to a field study with a descriptive and exploratory nature, as well as a qualitative research approach. The study includes a form that was applied to women who visited the UBS Francisco Marques da Silva, a basic health unit, in the city of Mossoró/RN. From the ones present at the UBS, 20 women at the age of 18 and older, participated in the interview. The instrument used for data collection, was an application developed by the researcher (APÊNDICE B) with questions that were conducted in private manner, to preserve the privacy of all. The answers were recorded with the assistance of a mobile device and were later, transcribed in full. As a way of maintaining the participants anonymous, each one was assigned the letter "P" followed by a number for each letter (P1, P2, P3, P4...). All of the obtained data were analyzed according to the Collective Subject Discourse (CSD) method. Regarding the ethical aspects, the research was based on the resolution 466/12, which regulates research with human beings, respecting their dignity and special protection to the ones who participate in scientific studies, and the Federal Nursing Council (COFEN) nº 564/2017 that bases the research on the respect for the Code of Ethics for Nursing Professionals. The project was approved with the opinion number: 5.357.748 and CAAE: 56880322.3.0000.5179. In the participants' statements, it was possible to perceive that they have very shallow knowledge or no knowledge at all about the subject. They understand that intimate hygiene is necessary during menstrual periods to avoid the impacts caused by menstrual poverty, and that it is the government's duty to take measures to reduce aggravation on the issue. All things considered, the study provided a debate of a topic not very often discussed given its relevance in the present days. Therefore, it is clear the need for more information dissemination about period poverty and its impacts, to demystify taboos associated with menstruation, as well as the creation of public policies that support women affected by this adversity.

Keywords: menstruation; health; women; public policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro I: Ideia central, expressões-chave e Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: O que você entende sobre pobreza menstrual?.....	27
Quadro II: Ideia central, expressões-chave e Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: Na sua opinião, quais impactos a pobreza menstrual pode ocasionar na vida das mulheres?.....	29
Quadro III: Ideia central, expressões-chave e Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: Como você acha que esses impactos poderiam ser reduzidos?.....	31
Quadro IV: Ideia central, expressões-chave e Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: Quais são os cuidados necessários que a mulher deve tomar durante o período menstrual?.....	33
Quadro V: Ideia central, expressões-chave e Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: Quais as limitações que dificultam o acesso às informações sobre os impactos da pobreza menstrual?.....	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIHPEC	Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COFEN	Conselho Federal de Enfermagem
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
OHCHR	United Nations High Commissioner for Human Rights
ONU	Organização das Nações Unidas
PE	Pernambuco
PT	Partido dos Trabalhadores
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TPM	Tensão Pré-Menstrual
UBS	Sistema de Informações sobre Mortalidade
UNICEF	Fundo das Nações Unidas Para a Infância
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1	O TABU ACERCA DA MENSTRUACÃO ATRAVÉS DE FATORES SOCIOCULTURAIS.....	16
2.2	A HIGIENE E EDUCAÇÃO MENSTRUAL PARA A SAÚDE FEMININA.....	18
2.3	DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE ABSORVENTES NO BRASIL.....	20
3	METODOLOGIA.....	23
3.1	TIPO DA PESQUISA.....	23
3.2	LOCAL DA PESQUISA.....	23
3.3	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	23
3.3.1	Critérios de Seleção da Amostra.....	24
3.4	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	24
3.5	PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS.....	24
3.6	ANÁLISE DOS DADOS.....	25
3.7	ÁSPECTOS ÉTICOS E LEGAIS.....	25
3.8	FINANCIAMENTO.....	26
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	27
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
	REFERÊNCIAS.....	38
	APÊNDICES.....	41

1. INTRODUÇÃO

Pobreza menstrual é um fenômeno abstruso que envolve as definições nomeadas de transdisciplinar e multidimensional. Esta realidade é vivenciada por mulheres e meninas por motivo de faltar recursos, infraestrutura e conhecimento que atinge a total capacidade para que cuidem de sua menstruação (UNFPA; UNICEF, 2021).

Em decorrência da escassez de acesso a informações a respeito da menstruação, aos produtos de higiene menstrual e à infraestrutura de saneamento, grandes entidades da luta pelos direitos humanos vêm cada vez mais procurando trazer atenção sobre o que é a pobreza menstrual e seus impactos. Tais impactos atingem as áreas da saúde, custos econômicos e educação (BAHIA, 2021).

Estes fatos, impactam diretamente na qualidade de vida deste grupo de pessoas pois afetam tanto sua saúde quanto seu ensino, contribuindo também com a desigualdade social.

Dada a falta de produtos de higiene menstrual, muitas meninas abrem mão de frequentar a escola o que resulta em um déficit em sua educação. O quantitativo de meninas que perdem aula por estarem menstruadas chega a 10%, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU) (AMARAL apud ASSAD, 2021).

Devido à falta de recursos financeiros, algumas mulheres recorrem a alternativas pouco saudáveis como papel higiênico, toalha de papel, roupas velhas, jornal e até pedaços de pão. Infelizmente esses métodos alternativos trazem consigo alto risco para o desenvolvimento de infecções, pois não são seguros para a saúde feminina (UNFPA; UNICEF, 2021).

Algumas alterações no trato reprodutivo durante a menstruação são absolutamente normais, porém deixam a mulher mais suscetível a infecções. Durante este período, o pH da vagina entra em desequilíbrio, a umidade desta região também se eleva e a descamação do tecido acontece de modo mais intenso. Desta forma, quando isso acontece, a vagina acaba se tornando um âmbito perfeito para que vírus, bactérias e fungos possam se proliferar. A principal recomendação neste caso é fazer a troca de absorventes com certa frequência, não passando mais de quatro horas com o mesmo produto. Esta ação além de evitar a proliferação de microorganismos que prejudicam a saúde, também evita os maus odores causados pelo fluxo (BONET; GARROTE, 2005).

A alta carga tributária posta nos itens de higiene menstrual causa grande detrimento para as mulheres com menor poder aquisitivo, visto que não há atividade estatal que faça com que os preços destes itens diminuam. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de

Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), uma mulher possui uma média de 450 ciclos menstruais durante sua vida e pode chegar a utilizar uma média de 20 absorventes em cada ciclo. Considerando estes números, estima-se que a quantidade de absorventes usados chegue a 10 mil durante toda a sua idade fértil. Considerando um custo médio de R\$ 0,60 por absorvente, chegamos ao valor inquietante de R\$ 6.000,00 (PEREIRA, 2019).

É indiscutível que há problemas enfrentados pelas pessoas que menstruam no que diz respeito ao acesso aos direitos menstruais. Barreiras são postas para o completo desenvolvimento das mesmas. Por isso, é necessário que seja investigado mais profundamente o grande impacto econômico em suas vidas, e que reflexos podem ser gerados no decorrer da vida adulta (UNFPA; UNICEF, 2021).

Além de mulheres e meninas, pessoas trans e pessoas não binárias menstruam. Portanto, devem ser asseguradas que a menstruação não as cause vergonha ou possa de algum modo ameaçar seus direitos humanos (BAHIA, 2021).

Sem acesso aos produtos de higiene menstrual, é evidenciado a partir de inúmeras pesquisas que contemplam diferentes lugares do mundo, que meninas e mulheres acabam recorrendo aos métodos improvisados para contenção do fluxo menstrual. Outro problema, que vai além dos métodos improvisados, se refere ao cenário em que estas mulheres não conseguem cumprir as trocas diárias de absorventes que vão de três a seis, visto que essa é uma recomendação de ginecologistas. Desta forma, elas acabam usando o mesmo absorvente por muitas horas (UNFPA; UNICEF, 2021).

Além da escassez de material para manter a higiene durante a menstruação, as dores durante o período menstrual, o medo e vergonha de vazamentos também abalam o psicológico dessas meninas e mulheres. Estes pontos manifestam mais uma vez o déficit causado no rendimento escolar e o convívio social das mesmas. Entende-se que o anseio por não saber se haverá água, papel higiênico, absorvente e local correto para o descarte, será causador de grande preocupação e conseqüentemente falta de atenção destas meninas e mulheres nos afazeres do dia a dia (BAHIA, 2021).

Em decorrência da falta de absorventes e da má administração da menstruação, é possível que estas mulheres adquiram problemas que vão desde os aspectos fisiológicos, como alergia, irritação da pele e mucosas e infecções urogenitais. Agora do aspecto emocional, além de causar grande desconforto, a pobreza menstrual traz insegurança e estresse, o que contribui com a elevação da discriminação que meninas e mulheres sofrem. Esta condição põe em jogo hábitos saudáveis para a vida das jovens. As condições mais importantes para uma administração saudável da menstruação são: acesso a banheiros

adequados para troca de absorventes; um local para descarte dos produtos menstruais usados; água encanada e sabão para higiene das mãos e corpo. Com a falta de acesso a essas condições básicas, menstruantes correm o risco de ter dignidade, saúde e mobilidade afetadas (UNFPA; UNICEF, 2021).

Durante o desenvolvimento deste trabalho, foram usados os termos “meninas e mulheres” para a representação do descaso que acomete às pessoas que menstruam, mas que seja do conhecimento de todos que homens trans e pessoas não binárias também enfrentam esta adversidade. O interesse por esta temática surgiu após uma matéria televisionada em maio de 2021. A partir disso, veio o fator desencadeante para mais pesquisas acerca do assunto que ainda é pouco discutido frente sua importância. Até o momento com carência de informações sobre o que é a pobreza menstrual e os impactos causados por ela, o presente estudo tem a finalidade de colaborar com incremento de informações para a sociedade em geral, abordando o que muitas meninas e mulheres passam frequentemente em silêncio.

Este problema mexe com a dignidade de muitas mulheres, grande parte delas não têm sequer acesso a um banheiro com chuveiro, visto que é um ambiente indispensável para a higiene íntima no período menstrual. Com a falta de acesso aos produtos ideais para conter o ciclo, mulheres e meninas recorrem a meios que podem trazer um risco considerável à saúde. Além disso, usar materiais que não foram feitos com a finalidade de conter o ciclo menstrual, traz o risco de que a menstruação acabe vazando. Esta é uma questão que gera uma grande insegurança e conseqüentemente acaba afetando o psicológico, fazendo também com que pessoas menstruantes falem ao trabalho e a escola mesmo usando um método alternativo.

O período menstrual demanda uma troca frequente de absorventes, levando em consideração a intensidade do fluxo e o número de dias do ciclo de cada pessoa. Além disso, esse período requer um cuidado extra com a região genital, pois fica muito vulnerável a infecções e inflamações.

Deste modo, para evitar que estas patologias acometam a flora vaginal e causem maiores problemas, o ideal é que seja feita a higienização íntima com água e sabão neutro juntamente com a troca contínua do absorvente. Além de prevenir doenças, a correta higienização durante o período menstrual proporciona para a pessoa proteção e conforto. O período menstrual requer imensa atenção e cautela.

A partir disso, surgiu a seguinte questão norteadora: qual o conhecimento das mulheres acerca dos impactos da pobreza menstrual?

Diante do que foi discutido, acredita-se enquanto hipótese de pesquisa, que a pobreza menstrual ainda é um assunto pouco debatido e grande parte da população feminina ainda é

leiga sobre esta temática, o que reflete uma barreira de acesso as informações acerca desse contexto. Em decorrência, entende-se que essas mulheres acabam tendo um déficit nos cuidados íntimos adequados, uma vez que a temática também aborde a necessidade das trocas frequentes de absorventes, a correta higienização que o período menstrual demanda, e a necessidade de um local ideal que supra o descarte correto do material utilizado. Tendo em vista isso, percebe-se que, como consequência, estas mulheres não tem um manejo correto do seu período e conhecimento sobre os impactos na saúde física, psicológica e social causados pela pobreza menstrual.

Isto posto, a pesquisa teve como objetivo geral estudar o conhecimento das mulheres acerca dos impactos da pobreza menstrual e se desdobrou nos seguintes objetivos específicos: conhecer os fatores que interferem no acesso às informações sobre a pobreza menstrual; discutir o conhecimento das mulheres sobre os cuidados íntimos adequados durante o período menstrual; e, investigar a percepção das mulheres sobre as consequências ocasionadas pelos impactos da pobreza menstrual.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O TABU ACERCA DA MENSTRUACÃO ATRAVÉS DE FATORES SOCIOCULTURAIS

O símbolo que contorna o sangue de maneira firme e forte é aquele que de certa maneira oscila entre a vida e a morte, pois a perda brusca dele está diretamente ligada a enfermidades e ferimentos. Diferentes tempos e culturas delegam a ele significados modificados. Mesmo assim, ainda é possível perceber a figura feminina presente pelo fato de ela sangrar alguns dias por mês após a menarca (RATTI et al., 2015).

A menstruação tem seu início na menarca e seu fim na menopausa. A menarca é o evento que marca o início da vida reprodutiva da mulher e por isso tem grande significado. É o momento de transformações metabólicas, neuromotoras e psicossociais. Essa fase traduz o momento do amadurecimento uterino. Estudos apontam que a faixa etária de meninas no Brasil tem sua menarca por volta dos onze aos doze anos (BRÊTAS, 2012).

Para as mulheres, ao decorrer dos séculos, falar sobre menstruação sempre foi um assunto antiético e causador de grande aversão. Como consequência, se obteve um imenso silenciamento a respeito do tema que perdura enraizado até os dias de hoje. Mulheres são ensinadas pela sociedade que desde a sua primeira menstruação deve-se confidenciar quando estiver em seu período menstrual, não expor produtos de higiene menstrual como absorventes - especialmente para os homens -, além da crença de que as pessoas que menstruam, durante a tensão pré-menstrual (TPM), se tornam mais tendentes a mudanças de humor e comportamentos insensatos. Desta maneira, o tema menstruação acaba sendo desprezado e o preconceito a respeito do mesmo sendo enaltecido (RATTI et al., 2015).

Existem aquelas culturas que trazem grande significado social a menstruação, onde realizam desde festividades a ritos quando a menarca ocorre para as meninas. Entretanto, também existem culturas que condenam e excluem as mulheres do convívio em sociedade a partir de sua primeira menstruação. Portanto, o assunto é tratado de modos diferentes a depender do meio sociocultural em que a mulher está inserida. Na atualidade, nota-se que os tabus sobre a menstruação foram passados de geração a geração por uma cultura ancestral histórica. Uma das culturas que denominava o sangue menstrual como sujo, por exemplo, era o judaico-cristão. Embora recebesse essa sentença, a menstruação também era vista como representação de poder feminino, o que não era comum naquele tempo. É possível que nas culturas paleolíticas, as figuras femininas eram tidas como seres poderosos (VARGENS et al., 2019).

Cada cultura atribui a menstruação um significado distinto. Sendo assim, existe o exemplo da sociedade indígena e africana onde após a menarca, as meninas são isoladas dos demais para passar por um rito de passagem da adolescência à vida adulta (CORDOVIL, 2015).

O islamismo considera a mulher como impura e evitam chegar próximo delas até que se limpem, visto que acreditam que o sangue menstrual é sujo. Outros países que envolvem tabus a menstruação são o Egito, Jamaica, Índia, Filipinas e Iugoslávia. Neste caso, existe a restrição de que mulheres menstruadas recebam visitas, especialmente de gestantes ou puérperas, pois acreditam que causará danos na saúde reprodutiva e fértil delas (SHINOHARA et al., 1994).

Na Amazônia, há uma cultura inteiramente associada a imagem da mulher menstruada como algo perigoso, onde eles usam o termo “panema” a capacidade da mulher de causar azar, falta de produtividade de instrumentos de caça e pesca apenas por elas tocarem ou chegarem próximas de um homem que tenha posse destes artigos, ou até mesmo por servirem comida a eles. Outro exemplo acontece na cidade ribeirinha Abaetetuba, onde os homens que prestam serviço de deslocamento como táxi, porém utilizando bicicletas, se negam a transportar mulheres por receio que uma delas eventualmente esteja menstruada e por consequência atraiam negatividade ao seu trabalho. Eles também acreditam que a menstruação pode despertar o desejo do boto, uma vez que existe a crença que o boto se transforma em homem, e disfarçado entre os demais, atrai mulheres para manter relações sexuais e engravidá-las (CORDOVIL, 2015).

O patriarcado, dado sua implicação nos fatores históricos assim como na menstruação, interfere negativamente no modo como as mulheres são vistas na sociedade. Um assunto que deve ser de total representatividade feminina, acaba sendo dominado, inferiorizado e se tornando um tabu fortemente intensificado pelas ações machistas de homens através dos tempos até os dias de hoje. Mulheres tem seus aspectos biológicos que carregam consigo algo que é natural e normal, sucumbidos a vergonha e são convencidas de que são sujas e desprezíveis. O silenciamento e falta de diálogo aberto umas com as outras sobre menstruação e os produtos indispensáveis no período menstrual, fortificam drasticamente as lendas e o achismo de que as mulheres devem esconder algo que é fisiológico e espontâneo para o corpo feminino (RATTI et al., 2015).

As condições postas as mulheres após sua menarca acontecem com certa frequência. Aquela conversa embaraçosa que os responsáveis têm com as meninas que dizem “agora você é mocinha e precisa ter cuidado”, associam crianças a uma fase que elas ainda não chegaram,

que é a fase adulta. Essas ações trazem consigo os tabus e causam limitação no desenvolvimento das mesmas. É perceptível o constrangimento causado às meninas, pois elas sentem medo que saibam de sua menstruação, o que as tira de atividades essenciais na vida de uma criança, como brincar e conviver com seus colegas, por exemplo. A falta dessas vivências para uma criança afeta diretamente sua criatividade, coordenação motora e socialização (UNFPA; UNICEF, 2021).

2.2 A HIGIENE E EDUCAÇÃO MENSTRUAL PARA A SAÚDE FEMININA

A educação menstrual deve ser ofertada a todos e especialmente para as meninas antes da sua primeira menstruação. É de grande importância que as jovens tenham conhecimento prévio de seus corpos para que recebam a menstruação de forma leve e sem preconceitos. A educação menstrual tange justamente o acesso a informações que dizem respeito ao ciclo menstrual, abrangendo o ponto de vista biológico, social e as demandas sustentáveis. Com um diálogo liberto de aversão, utilizando de informações com base em evidências, o impacto que a educação menstrual traz é inteiramente benéfico para a vida das pessoas que menstruam e de suas comunidades (BAHIA, 2021).

É sabido esperar que a educação menstrual possibilite às jovens a capacidade de adquirir conhecimentos sobre o ciclo menstrual, o que colabora com a desmistificação de tabus estabelecidos pela sociedade, as ajudando com a queda dos constrangimentos e estresses. O conhecimento empodera as meninas e as torna mais donas de seus corpos e permite maior acesso aos diferentes produtos que garantem uma melhor saúde menstrual (UNFPA; UNICEF, 2021).

Os absorventes externos e internos são um exemplo de produtos utilizados para conter o ciclo menstrual. Feitos geralmente com a utilização de plástico e algodão, tendo o objetivo de absorver bem o fluxo, ainda é favorável para a proliferação de bactérias que causam patologias, já que o sangue permanece em contato com a vulva em um meio úmido e abafado. Por isso, a cautela com a troca de absorventes a cada quatro horas deve ser indispensável. O coletor menstrual, famoso “copinho” é maleável e feito de silicone. Ele se adapta perfeitamente ao canal vaginal e fica em contato com o colo uterino. Desta maneira, coleta o sangue menstrual. Ele é uma ótima escolha para substituir os absorventes descartáveis, sendo econômico e sustentável. Segundo especialistas, o coletor pode ser higienizado e reutilizado, tendo uma permanência de até doze horas a cada troca e pode durar até dez anos (PEREIRA, 2019).

As calcinhas menstruais são mais um exemplo de produto menstrual que reduz os fortes impactos ambientais, pois precisam apenas serem lavadas e secadas para sua reutilização. Porém, a higienização de alguns itens de contenção menstrual que precisam de lavagem se tornam difíceis de usar com a ausência de privacidade, chuveiro ou até mesmo água encanada (QUEIROZ, 2015).

De modo a ofertar uma administração saudável da menstruação, algumas medidas se tornam indispensáveis: acesso a banheiros adequados para realizar as trocas de absorventes, bem como um local apropriado para seu descarte, sabão e água encanada para higienização das mãos e corpo. Seguindo estas condições básicas, menstruantes terão sua saúde e dignidade preservadas. Com opções seguras para fazer a troca do produto de contenção menstrual, como acesso a sanitários seguros e limpos, pode-se evitar infecções e outras patologias diretamente ligadas ao uso prolongado do mesmo produto. Muitas mulheres e meninas retêm urina por longos períodos quando estão menstruadas por não terem como realizar sua higiene. Esta ação causa danos à saúde, como infecções urinárias, por exemplo (UNFPA; UNICEF, 2021).

Segundo o United Nations High Commissioner for Human Rights (OHCHR) (2020, p. 11): “[...] os direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário incluem o direito de todos a produtos de higiene menstrual acessíveis, seguros e higiênicos, que devem ser subsidiados ou fornecidos gratuitamente quando necessário [...]”

A menstruação diz muito a respeito da dignidade humana, uma vez que a falta de acesso a banheiros e meios para preservação da higiene menstrual, torna o ato de menstruar uma verdadeira vergonha. As provocações e o afastamento dado pela sociedade às mulheres, também fere sua dignidade humana. Por isso, a dignidade menstrual tem o objetivo de esclarecer a naturalidade da menstruação como parte da saúde feminina (BAHIA, 2021).

A menstruação faz parte do sistema reprodutor das mulheres, é algo absolutamente normal e natural. Por dia, cerca de 300 milhões de mulheres estão menstruadas ao redor do mundo. Mesmo assim, a saúde e higiene menstrual seguem sendo negligenciados, tendo a vida de muitas mulheres e meninas afetada. Estima-se que uma média de 500 milhões de mulheres pelo mundo passam por dificuldades para administrar bem seu período, o que é quase um quarto da população feminina mundial em idade reprodutiva (GARCON et al., 2021).

A higiene menstrual necessita de uma gestão que seja respeitada em seus direitos como a educação, a privacidade, igualdade de oportunidades e o acesso à saúde. Desta forma, a vida de meninas e mulheres são influenciadas positivamente (BARGE, 2018).

A educação em sexualidade, em conjunto com a educação menstrual, além de focar na prevenção à gravidez, também promove aos jovens conhecimento sobre seus corpos, para que entendam sobre seu ciclo menstrual possibilitando bem-estar e conforto. A educação menstrual deve ser adequada para cada idade, desta forma, facilita que casos de abuso sexual sejam expostos. O desconhecimento acerca da saúde menstrual afeta até as pessoas que não se encontram em situação de vulnerabilidade econômica. Algumas mulheres enfrentam a falta de absorventes por considerar um produto supérfluo, já outra situação é a de meninas de 10 a 19 anos que ainda não têm renda própria e dependem de seus responsáveis para a compra dos produtos. Mesmo assim, a mais comum ainda é a total falta de dinheiro para ser usado para este fim (UNFPA; UNICEF, 2021).

Em entrevista concedida ao G1 Tocantins (2021), Cristina Lopes, de 35 anos, relata não poder tirar o pão da boca do filho para poder comprar absorvente, “a fome dói”, diz ela. A entrevista continua com ela dizendo que vê o filho chorando por falta de alimento e não tem dinheiro para comprar. Segundo ela, a menstruação se consegue suprir com outra coisa como “forrinho e um papel higiênico”.

A tributação é um dos grandes fatores para o agravamento do quadro da pobreza menstrual, pois colabora para que meninas e mulheres não tenham acesso aos absorventes higiênicos. De forma atípica, o produto tem o proveito da isenção fiscal, pois sua carga tributária é exageradamente alta, o que implica na diminuição do acesso ao consumidor final. Mesmo os produtos que não tem a finalidade de contenção menstrual, como os cosméticos por exemplo, ainda são sobretaxados no Brasil. A justificativa é que dada a sua essencialidade, deve-se ter uma alta carga tributária para tais (NERIS, 2020).

Dáí se confere a necessidade de políticas públicas voltadas ao combate da pobreza menstrual com a distribuição de absorventes de forma gratuita para meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade, dado sua essencialidade e a preservação de sua dignidade conferindo as mesmas um item totalmente voltado a seus direitos como cidadãs.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE ABSORVENTES NO BRASIL

As Políticas Públicas nada mais são que ações, planos e metas que as esferas governamentais nacionais, estaduais e municipais delineiam em prol do bem-estar da sociedade e do interesse público. Os governantes selecionam determinadas prioridades que eles entendem ser a maior demanda ou expectativa da sociedade (SEBRAE, 2008).

O Estado pode utilizar de diversos meios para combater a pobreza menstrual em sua totalidade, incluindo políticas educativas de longo prazo como também políticas de distribuição de concretização imediata. É importante pontuar algumas políticas públicas de confronto ao problema, como a baixa ou até mesmo a supressão da carga tributária sobre os absorventes; distribuir de forma gratuita estes produtos; distribuir uma maior quantidade de absorventes às presidiárias; inserir produtos de higiene menstrual nas cestas básicas; bonificar empresas que colaboram com o combate à pobreza menstrual na sociedade em que estão inseridas; promover campanhas publicitárias de conscientização voltadas à população; inserir a temática na grade curricular das escolas; dentre outras coisas (ASSAD, 2021).

De acordo com o portal O Tempo (2021), aprovado pela Câmara e pelo Senado, o Projeto de Lei 4968, de 2019, é de autoria da deputada Marília Arraes (PT-PE) e teve a participação de outros 34 parlamentares. A proposta inicial quer garantir a distribuição gratuita de absorventes para as estudantes dos ensinos fundamental e médio, mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e para as mulheres encarceradas. Outra determinação presente no projeto é que o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) em suas cestas básicas deveriam conter absorventes higiênicos femininos, dado sua essencialidade.

Alguns estados pretendem adotar ou já sancionaram leis estaduais que visam a distribuição gratuita de absorventes nas redes de ensino. Menina de diferentes regiões do Brasil vem formando um movimento nacional de incidência política que já se beneficia com projetos de lei em outros sete estados além do Rio de Janeiro e uma segunda lei aprovada no Distrito Federal. Com esta ação, a evasão nas escolas tende a cair, visto que muitas meninas deixam de frequentar a escola por não poderem comprar absorvente (BAHIA, 2021).

É notório que meninas e mulheres são mais afetadas que os homens. Desta forma, elas sofrem limitações diariamente em seu potencial, o que por várias vezes dificulta a ocupação de novos espaços na nossa sociedade e impossibilita que se tornem agentes no combate direto à desigualdade de gênero e ao machismo. Dado isso, é necessário que todos os âmbitos do problema sejam avaliados e discutidos para que soluções sejam encontradas e ele suma de uma vez. É importante que o Estado se envolva cada vez mais no combate à pobreza menstrual, especialmente quando este problema favorece a desigualdade de gênero (ASSAD, 2021).

A pobreza menstrual é um problema caracterizado pela privação de direitos, destaca-se como um problema multidimensional que necessita de uma abordagem multidisciplinar que vise a solução do problema resultante da não garantia de direitos humanos. Seria irrealista

cogitar a respeito de direitos menstruais sem levar em consideração as distintas realidades de meninas e mulheres no Brasil (UNFPA; UNICEF, 2021).

Segundo Assad (2021), o grande descaso do governo com as presidiárias é ainda mais evidente quando se é vista a situação de pobreza menstrual a qual estas mulheres estão inseridas. A Lei nº 7.210, de 1984, conhecida também como Lei de Execução Penal, prediz que é dever do Estado a assistência aos presos no que se refere à saúde (art. 10 e 11). Contudo, o que Nana Queiroz relata em seu livro “Presos que Menstruam” (2015), é o oposto disso. De acordo com ela, a omissão do Estado ao não disponibilizar absorventes para as detentas transforma os produtos de higiene menstrual em moeda de troca dentro dos presídios.

Em geral, cada mulher recebe por mês dois papéis higiênicos (o que pode ser suficiente para um homem, mas jamais para uma mulher, que o usa para duas necessidades distintas) e dois pacotes com oito absorventes cada. Ou seja, uma mulher com um período menstrual de quatro dias tem que se virar com dois absorventes ao dia; uma mulher com um período de cinco, com menos que isso (QUEIROZ, 2015, p. 103).

Sem a prática de uma boa higiene pessoal, pessoas menstruantes ficam expostas a contrair diversas doenças causadas por fungos e bactérias. Seguindo este princípio, pode-se entender a importância de ter consigo os produtos de higiene menstrual de forma a suprir a necessidade posta durante todos os dias do ciclo de cada mulher (UNFPA; UNICEF, 2021).

As políticas públicas são capazes de mudar o cenário de pobreza menstrual no Brasil. Garantindo acesso aos itens básicos de higiene menstrual e promovendo a educação neste mesmo aspecto, o país pode chegar a um novo patamar. Um país sem tabus, mais acolhedor e seguro para as jovens, provedor de saúde e igualdade para todas, permitindo liberdade para que as mulheres falem abertamente de algo que nasceu com elas em sua naturalidade (IBASE, 2021).

3. METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória com abordagem qualitativa. A pesquisa descritiva tem como principal objetivo a apresentação de determinadas características associadas a uma parcela da população ou um fenômeno, e até mesmo estipular acerca de relação entre variáveis. Uma característica bem específica desta modalidade se dá pelo seguimento de um padrão para a coleta de dados, de modo a utilizar questionário e observação contínua sem interferência do pesquisador nos dados colhidos (GIL, 2002).

A pesquisa exploratória tem como objetivo a formulação de questionários ou de um problema. Tem a finalidade de criar hipóteses, familiarizar o pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno, para que futuramente possa ser realizada uma pesquisa mais exata ou que possa modificar e esclarecer conceitos (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Já a pesquisa qualitativa procura compreender com uma visão detalhada e complexa, através de uma análise científica do pesquisador, fenômenos humanos. Neste tipo de pesquisa a maior preocupação é entender o significado dos fenômenos e processos sociais. O pesquisador deve levar em consideração as crenças, valores, motivações e representações nos achados das relações sociais (KNECHTEL, 2014).

3.2 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na Unidade Básica de Saúde (UBS) Francisco Marques da Silva, localizada na Rua Farias, nº 417, Planalto 13 de Maio, Mossoró, Rio Grande do Norte. O presente local oferece atendimento nas áreas de Clínica Geral, Pediatria e Ginecologia, sendo possível marcar consultas para procedimentos envolvendo estes meios. Também contam com equipes nos cuidados da Odontologia e Enfermagem. O posto conta com serviços de apoio como: central de esterilização de materiais próprios; Lavanderia; Serviço de Prontuário de Pacientes (SPP); Serviço de manutenção de equipamentos de forma terceirizada. Oferece serviços especializados na atenção primária e na atenção ao pré-natal, parto e nascimento. Atende de segunda-feira à sexta-feira das sete da manhã às cinco da tarde. Este local foi escolhido pelo grande quantitativo de meninas e mulheres que se fazem presentes na unidade em busca dos serviços oferecidos, além de ser campo de estágio e prática da FACENE/RN.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

População é um conjunto de pessoas que possuem características próprias, refere-se a habitantes de um determinado local. Já a amostra, é a seleção de um determinado grupo da população onde servirá de base para estudo ou comprovação de um fenômeno distinto (RICHARDSON, 2010).

Participaram da pesquisa apenas mulheres, uma vez que são a maior parcela da população que menstrua, que estavam presentes na UBS para cumprir um eventual agendamento ou que eram funcionárias do local. Dentre elas, foram convidadas 20 mulheres aleatoriamente a fim de responder um questionário de forma privada e individual.

3.3.1 Critérios de Seleção da Amostra

Para ter resultados significativos quanto aos dados colhidos no levantamento de uma pesquisa, é necessário que o número de pessoas que compõem a amostra seja composto por uma quantidade apropriada de elementos (GIL, 2002).

Foram inclusas mulheres com idade a partir de 18 anos, com disponibilidade para responder o questionário, que estavam presentes na UBS, que aceitaram participar da pesquisa de forma voluntária.

Como critérios de exclusão foram: mulheres que ainda não tinham tido sua menarca, que fossem surdas ou deficientes auditivas, que apresentassem algum sinal de alteração psicológica.

3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados foi a aplicação de um formulário elaborado pela pesquisadora (APÊNDICE B) com perguntas abertas que foram feitas individualmente para a preservação da privacidade de todas. Foi atribuído a cada uma a letra “P” para representar cada participante, seguido do acréscimo de um número ordinal a cada letra (P1, P2, P3, P4...).

A entrevista é um meio de desenvolver uma boa relação entre entrevistador e entrevistado, é uma ferramenta importante na transmissão de informações de uma pessoa para outra (RICHARDSON, 2010).

3.5 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

O procedimento de coleta de dados foi feito após o envio do projeto de pesquisa para o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Faculdade Nova Esperança de Mossoró, onde a

pesquisadora aguardou aprovação para dar seguimento com a evolução da pesquisa, onde foi de sua total responsabilidade manter a ética e conservar o anonimato de todas que vierem a participar, tendo total consciência dos riscos e danos que o presente estudo pudesse vir a causar.

Seguiu com uma abordagem às mulheres dentro dos critérios de inclusão e que aceitaram participar da pesquisa. A elas foram feitas perguntas em um ambiente privado e de forma individual. Durante a entrevista, as perguntas e respostas foram gravadas com o auxílio de um celular, onde posteriormente foram transcritas para a análise dos dados adquiridos e andamento no resultado do estudo.

3.6 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados da presente pesquisa foram analisados utilizando o método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Neste modo, o pesquisador obtém através de questões abertas, opiniões da amostra em um coletivo, porém os dados são coletados com depoimentos de forma individual. Assim, os depoimentos expressam opiniões e posicionamentos diferentes, mas são tidos na primeira pessoa do singular a fim de gerar no receptor o efeito de uma opinião grupal (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2006).

3.7 ASPÉCTOS ÉTICOS E LEGAIS

Após aprovação pela Banca Examinadora da Faculdade Nova Esperança de Mossoró, as devidas correções foram feitas e o trabalho foi enviado para aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FACENE, onde teve seu embasamento na Resolução CNS 466/12 e COFEN: 564/2017. O projeto foi aprovado com o número do parecer: 5.357.748 e CAAE: 56880322.3.0000.5179.

A resolução 466/12 tem como principal parâmetro a regulamentação para pesquisa com seres humanos, onde respeita a dignidade humana e a proteção especial aos participantes da pesquisa científica. Envolve o desenvolvimento e o engajamento ético, científico e tecnológico. Leva em consideração os hábitos inseridos na cultura e no comportamento do ser humano, bem como na ação consciente e livre do participante, enquanto que a resolução COFEN nº 564/2017 embasa a pesquisa quanto ao respeito ao Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

Vale salientar que a pesquisa foi de baixo risco para a pesquisadora e para as mulheres que participaram, pois trabalhou apenas com o método de entrevista. As identificações das

mulheres foram resguardadas mantendo a cautela e sigilo, por meio da utilização da sigla inicial “P”, seguido do acréscimo de um número ordinal a cada letra (P1, P2, P3, P4...). O presente estudo poderia ocasionar constrangimento às mulheres entrevistadas diante das perguntas sobre um assunto íntimo. Sendo assim, para evitar qualquer tipo de mal-estar, a participante foi conduzida a um local reservado onde estavam presentes apenas entrevistadora e entrevistada, mantendo a privacidade necessária para que a participante pudesse se sentir mais à vontade em responder os questionamentos.

Levando em consideração o risco da contaminação pela COVID-19, a pesquisadora tomou os devidos cuidados para minimizá-lo. Respeitando o distanciamento social da entrevistada, fazendo o uso de máscara durante todo o momento, bem como disponibilizou álcool gel 70% para higienização das mãos.

A presente pesquisa pôde trazer benefícios para as participantes e comunidade, uma vez que detalhou o manejo correto que o período menstrual demanda e explanou sobre o que é a pobreza menstrual e os impactos causados por ela, já que o conhecimento sobre a temática colabora com o combate a essa adversidade.

3.8 FINANCIAMENTO

Os gastos da pesquisa apresentada foram de total responsabilidade da pesquisadora associada. A Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró - FACENE/RN, disponibilizou o seu acervo bibliográfico, computadores, acesso à internet, orientadora e banca examinadora para a construção da pesquisa e eventuais consultas que colaborassem com a mesma.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, a partir das falas das participantes entrevistadas, aplicando o Discurso do Sujeito Coletivo, foi realizada a união de ideias centrais com as expressões-chave que estão destacadas em forma de quadro e foram baseadas de acordo com a literatura sobre a temática.

Para realização da transcrição, as participantes entrevistadas foram identificadas com a letra “P” seguida de um número ordinal. Sendo assim, as mulheres foram definidas em P1 à P20, afim de resguardar e manter a privacidade de todas sem qualquer prejuízo e constrangimento a sua imagem.

Dentre o perfil social das entrevistadas, a partir do que elas responderam, participaram mulheres com idade de 18 a 60 anos, com nível de escolaridade fundamental completo e incompleto, médio completo, superior completo e incompleto, que trabalhavam e não trabalhavam, com renda mensal superior, inferior e igual a um salário mínimo, que residiam na cidade de Mossoró em zona urbana, de cor preta, parda e branca.

Quadro I: Ideia central, expressões-chave e Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: O que você entende sobre pobreza menstrual?

IDEIA CENTRAL	EXPRESSÕES-CHAVE
Acesso ao absorvente	<p>“Seria quando uma pessoa num tem, tipo... acesso aos materiais, tipo, absorventes e o que é necessário na menstruação.” P6</p> <p>“As mulheres de baixa renda que num tem nem condições se quer, é... usar um absorvente, né? Num tem acesso a isso, né?” P9</p>
<p>DSC: Seria quando as mulheres de baixa renda não tem condições de ter acesso aos absorventes e materiais necessários na menstruação.</p>	

Fonte: Entrevista direta (2022)

Na entrevista, ao fazer a primeira pergunta, dez das vinte mulheres entrevistadas não souberam responder ao questionamento por nunca terem ouvido falar nada sobre a pobreza menstrual antes. Embora seja um assunto que venha ganhando mais visibilidade

recentemente, ainda é carente de informação e divulgação, uma vez que não é tratado com a devida importância. Para seguir com a entrevista, as mulheres que não sabiam do que se tratava a pobreza menstrual, foi necessária uma breve explicação sobre essa adversidade para que entrassem no contexto do assunto, e assim, pudessem responder as demais perguntas. Ainda assim, as outras dez das vinte mulheres, tinham um breve conhecimento sobre o tema.

Conforme pôde ser observado nas respostas semelhantes das entrevistadas expostas no Quadro 1, elas relatam de forma bastante sutil e breve o seu entendimento sobre o que é a pobreza menstrual. Importante ressaltar que esse problema vai além da falta do absorvente para a mulher menstruada.

Desta forma, percebe-se que a pobreza menstrual é caracterizada pela falta de acesso aos materiais indispensáveis no período menstrual. Além disso, essa adversidade também é associada à falta de informação sobre a menstruação e estrutura adequada para tornar seu manejo mais fácil, como a necessidade de um banheiro para limpeza, água tratada e saneamento básico, por exemplo. As mulheres que consideram o absorvente um item sem importância na hora de fazer as compras e acabam usando os métodos alternativos confiando que são seguros, também são outro ponto levado em consideração para o crescimento da pobreza menstrual, já que acabam colocando sua saúde física em risco. Esse problema se configura na representação da desigualdade social e de gênero (ROCHA et al., 2022).

Essa adversidade fere a dignidade humana, uma vez que está relacionada à falta de acesso a instalações de banho e os devidos meios que proporcionem a mulher, maneiras de manter sua higiene. Com isso, se ela não tem acesso ao mínimo necessário para conseguir manter a limpeza, ela não é capaz de administrar sua menstruação com dignidade. Os insultos, exclusão e o constrangimento refletidos pela sociedade também fragilizam essa dignidade. Qualquer contratempo posto à dignidade humana, no que diz respeito a menstruação, compromete toda a ideologia de que aceitem e vejam a menstruação como algo normal e saudável (BRITO, 2021).

Ainda como combustível que mantém a desigualdade de gênero e transparece mais um empecilho para que meninas e mulheres tenham acesso aos produtos básicos de higiene menstrual, Brito (2021) explica que diversos produtos destinados ao público feminino tem o preço mais alto comparado a produtos para o público masculino. Segundo ela, o Departamento de Defesa do Consumidor da cidade de Nova York, realizou um estudo fazendo o comparativo de 800 produtos semelhantes, porém alguns destinados ao público feminino e outros ao masculino. Foi constatado que os produtos de higiene pessoal custam 13% a mais para as mulheres.

Com isso, entende-se que a grande carga tributária posta nos produtos de higiene íntima feminina é extremamente elevada, o que mostra a desigualdade de gênero e atinge mais gravemente as mulheres e meninas com renda mensal mais baixa. A taxaçoão de impostos em torno desses produtos seria mais um meio de facilitar a compra do absorvente e outros produtos indispensáveis no período menstrual (NERIS, 2020).

Visto isto em questão, a pobreza menstrual acarreta em danos e impactos negativos à saúde feminina. Além de afetar a saúde física, essa dificuldade atinge a saúde psicológica e o meio social de quem a enfrenta. Desta forma, fica evidente a necessidade de que medidas sejam tomadas para frear o avanço da pobreza menstrual e trazer mais conforto para meninas e mulheres.

Quadro II: Ideia central, expressões-chave e Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: Na sua opinião, quais impactos a pobreza menstrual pode ocasionar na vida das mulheres?

IDEIA CENTRAL	EXPRESSÕES-CHAVE
<p>Infecções</p>	<p>“Acho que uma infecção.” P4</p> <p>“Pode ter certeza que uma infecção, acho que o principal são as infecções, né?” P11</p> <p>“Pode causar até infecção pra ela mesmo, né?” P12</p> <p>“Muito constrangimento, sem dúvida, doenças... uma infecção.” P14</p> <p>“Uma bactéria, uma <i>inframação</i>, uma infecção.” P19</p> <p>“Acho que provavelmente uma infecção, uma bactéria, essas coisas.” P20</p>
<p>DSC: Acho que provavelmente muito constrangimento, doenças, uma bactéria, uma infecção, essas coisas.</p>	

Fonte: Entrevista direta (2022)

Diante do que foi exposto nos relatos pelas entrevistadas, as infecções são vistas como um dos principais impactos ocasionados pela pobreza menstrual. Elas também citam as

doenças, bactérias e constrangimento como outros fatores produzidos pela mesma. A menstruação requer cuidados específicos que a mulher deve tomar. Porém, quando não se tem recursos para isso, esses cuidados sofrem um déficit considerável que afeta diretamente o manejo da higiene menstrual, causando problemas para sua saúde física, psicológica e social.

Segundo Zilah et al. (2021), o manejo da higiene menstrual é caracterizado pelas meninas e mulheres que tem a capacidade de acesso aos materiais limpos, sabão e água. Com a falta destes recursos, pessoas menstruantes tem sua higiene física abalada, acabam recorrendo aos métodos alternativos para conter o fluxo, não higienizam as partes íntimas de modo correto e acabam vulneráveis a adquirir inflamações e infecções.

As alternativas utilizadas colocam em risco a saúde da mulher. Pois recursos como papel toalha, algodão e miolo de pão são introduzidos na vagina, podendo causar sérios danos a essa mulher (AFONSO, 2021, p. 56).

Assim como existe implicações negativas à saúde física da mulher, outro impacto ligado a pobreza menstrual está também em sua saúde psicológica, uma vez que o desgaste mental é associado à falta de recursos financeiros e de saneamento para lidar com o ciclo menstrual. A saúde mental é afetada devido a falta de dignidade vivenciada por meninas e mulheres no período menstrual, elas são tomadas pela incerteza de tudo que envolve a falta de absorventes e banheiros higiênicos, temem que outras pessoas saibam sobre a atual menstruação, já que é um tabu e há necessidade de investir financeiramente nos produtos essenciais neste período. Esse momento mensal se torna um terrível fardo para muitas, tantos motivos assim se transformam em uma carga mental e emocional extremamente pesada (ROCHA et al., 2022).

Segundo Assad (2021), outro ponto ligado ao desgaste psicológico a pessoa que menstrua está relacionada ao constrangimento, insultos, assédio e medo de vazamentos sofridos por mulheres. De acordo com ela, a pesquisa realizada pela Bodyform e YouGov UK (2018), revelou que 43% das meninas sofrem com provocações feitas pelos meninos e tornam-se motivo de piadas devido a menstruação. Segundo o estudo, 137 mil garotos entrevistados revelaram provocar as meninas acerca do tema. Desses que assumiram fazer provocações com as colegas, metade deles confessou ter esse comportamento por não se sentirem confortáveis em falar sobre a menstruação.

Um estudo realizado por Cardoso et al. (2021) revelou que as mulheres acometidas pela pobreza menstrual são mais propensas a relatar depressão moderada/grave. Desta forma, pode-se perceber que essa adversidade vai além de falta de recursos financeiros para poder

comprar absorvente. Esse problema interfere em todo o sentido humano da pessoa que menstrua, trazendo enfermidades e infelicidade.

O lado social é mais um ponto afetado. A pobreza menstrual é também um impasse para as questões da desigualdade social. Meninas acabam deixando de ir para a escola pela falta de acesso aos absorventes, e em suas escolas não tem um banheiro com meios adequados para que elas possam ter um bom manejo da higiene menstrual. Uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro, mostrou que estudantes de baixa renda no RJ chegam a perder até 45 dias de aula durante todo o ano letivo, em decorrência da falta de acesso aos produtos de contenção do fluxo menstrual (NERIS, 2020).

Desta forma, tendo seu rendimento escolar afetado, a falta de acesso aos recursos indispensáveis no período menstrual traz um lapso de desigualdade ainda maior, quando meninas e mulheres perdem oportunidades de estudo e trabalho devido ao número de aulas que foram perdidas e prejudicadas pelas adversidades da pobreza menstrual (ROCHA et al., 2022).

Quadro III: Ideia central, expressões-chave e Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: Como você acha que esses impactos poderiam ser reduzidos?

IDEIA CENTRAL	EXPRESSÕES-CHAVE
Ações do Governo	<p>“O próprio governo. Já que já disponibiliza o anticoncepcional, o preservativo pra utilizar, poderia também, se tivesse como, disponibilizar o absorvente pra quem não pode.” P12</p> <p>“Nesse caso, com ajuda, né? Do governo. Pelo que eu vejo é do governo federal, que tem essa obrigação de passar e suprir essa necessidade de cada, né?” P13</p>
<p>DSC: O próprio governo deveria ajudar, já que disponibiliza o anticoncepcional e o preservativo pra utilizar, poderia também disponibilizar o absorvente. O governo federal que tem essa obrigação de suprir essa necessidade de cada.</p>	

Fonte: Entrevista direta (2022)

Diante do que foi observado no relato das entrevistadas, elas entendem que a pobreza menstrual é um impasse a ser resolvido e que o governo, sobretudo, deve cuidar para que esse problema seja solucionado e as mulheres afetadas sejam amparadas. Assim como existe a distribuição de anticoncepcional e preservativos para a população feminina, a distribuição de absorventes poderia ser uma realidade e ajudaria consideravelmente a reduzir os impactos causados pela pobreza menstrual.

A negligência por parte das autoridades no que diz respeito a pobreza menstrual, só deixa transparecer ainda mais a omissão que eles têm para a garantia mínima da dignidade feminina. O ideal é que haja investimento em infraestrutura e distribuição de produtos de higiene menstrual. Absorventes poderiam ser cedidos nas UBS's igualmente como os preservativos e medicamentos. Outro ponto importante, é que houvesse taxação dos impostos sobre este produto para baratear seu preço final. Em relação ao saneamento básico nas escolas, este deveria ser obrigatório assim como nas casas de toda a população brasileira (ZILAH et al., 2021).

O absorvente se torna o meio mais inclusivo dentre outros métodos, como os métodos ecológicos, por exemplo, devido a facilidade em seu manuseio. Uma vez que é um produto de uso único e não necessita ser higienizado para reutilização. Outro desafio a ser enfrentado pela pobreza menstrual é saber que existe a necessidade de conhecer as condições nas quais pessoas menstruantes então inseridas, para que mais de uma única solução para este problema seja criada. Mais um ponto importante a ser reforçado é a atenção de incorporar todas as soluções disponíveis para um adequado cuidado com a menstruação, juntamente com as necessidades e contextos diferentes a quais cada mulher está inserida (UNFPA; UNICEF, 2021).

Com grande urgência pela criação de políticas públicas que possam amparar as pessoas menstruantes, a Deputada Marília Arrais propôs a criação do Projeto de Lei° 4.968, de 2019, e nº 5.474, de 2019. O inicial institui o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiénicos nas escolas públicas que ofertam anos finais de ensino fundamental e ensino médio, e o seguinte visa garantir o fornecimento de absorventes em unidades da rede de atenção primária à saúde (ARRAES et al., 2019).

O cenário de mulheres que ao menstruarem não tem acesso a protetores, água para se limpar e nem qualquer item que facilite o manejo de sua saúde de forma adequada, é arrasador. Deixar de sair de casa para evitar situações constrangedoras é sinal de alerta. Mulheres, ignoradas pelo sistema quando precisam de apoio em suas necessidades menstruais. Por isso, há urgência na implementação de políticas públicas que amparem pessoas

menstruantes, para que possamos viver em um país com mais igualdade, inclusão e dignidade. Outro ponto importante é a divulgação aberta sobre a temática, para conscientizar os jovens e crianças desde cedo sobre seus corpos e processos fisiológicos. Assim pode-se chegar a desmistificar os tabus relacionados a menstruação (ZILAH et al., 2021).

Quadro IV: Ideia central, expressões-chave e Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: Quais são os cuidados necessários que a mulher deve tomar durante o período menstrual?

IDEIA CENTRAL	EXPRESSÕES-CHAVE
<p>Higiene</p>	<p>“Fazer a higiene.” P7</p> <p>“Eu acho que higiene, né? Higiene é muito importante.” P14</p> <p>“Primeiro ter uma boa higienização” P16</p> <p>“Acho que uma boa higiene.” P17</p>
<p>DSC: Acho que primeiro fazer uma boa higiene é muito importante.</p>	

Fonte: Entrevista direta (2022)

De acordo com o relato das entrevistadas, a maioria delas entendem que a higiene é de suma importância durante o período menstrual. Tomar banho, trocar o absorvente, higienizar a região íntima é o mais adequado e são medidas importantes a serem tomadas neste momento. Estas ações impedem a proliferação de agentes causadores de doença, como os fungos e bactérias. Praticando a higiene pessoal corretamente, pode-se manter a preservação da saúde (SILVA; ALVES, 2014).

Com a falta de acesso a água tratada e saneamento básico, as mulheres têm suas necessidades biológicas afetadas. Devido o órgão genital feminino ter uma microbiota em equilíbrio contínuo, ele requer uma higienização correta para poder prevenir infecções diversas. Durante a gravidez e o período menstrual, essa higienização deve ser intensificada, já que a microbiota vaginal entra em desequilíbrio. A pessoa que menstrua necessita trocar o absorvente algumas vezes durante o dia com o manejo da higiene menstrual, para além de conter seu fluxo, evitar doenças (ASSAD, 2021).

Além daquelas pessoas que não tem recursos financeiros para comprar o absorvente, também há aquelas pessoas que consideram os absorventes um item supérfluo e sem importância. Ensinadas desde cedo pelos mais velhos com baixo nível de conhecimento que podem “se virar” com um paninho ou papel higiênico. A educação menstrual, se explicada desde cedo nas escolas, poderia reduzir os riscos dos impactos da pobreza menstrual. Uma vez que explanaria a importância dos cuidados íntimos necessários, tornando-se ponte para que atinja mais pessoas. O nível de escolaridade influencia diretamente nas condições de saúde, podendo agravar a concepção de autocuidado (BRASIL, 2004).

A necessidade de entender a menstruação e como lidar com ela deve existir e é de suma importância. Com dignidade e sem desconfortos ou medo, lidando com tabus e crenças que sempre cercam esse momento (ROCHA et al., 2022).

Uma pessoa que menstrua, pode passar de trinta a quarenta anos de sua vida convivendo com o fluxo menstrual mensalmente. Por isso, quem menstrua precisa de acesso a higiene, informação, saúde e direitos (ZILAH et al., 2021).

Quadro V: Ideia central, expressões-chave e Discurso do Sujeito Coletivo referente a pergunta: Quais as limitações que dificultam o acesso às informações sobre os impactos da pobreza menstrual?

IDEIA CENTRAL	EXPRESSÕES-CHAVE
Falta de acesso às informações	<p>“Acho que a falta de acesso.” P6</p> <p>“Falta de informação grande.” P13</p> <p>“Falta de atenção.” P14</p> <p>“Acho que falta de interesse.” P16</p>
DSC: Acho que falta de acesso, informação, atenção e interesse.	

Fonte: Entrevista direta (2022)

A partir do que foi exposto nas falas das participantes, entende-se que falta mais divulgação sobre a pobreza menstrual e os impactos causados por ela, o que dificulta o acesso para a informação sobre a mesma, bem como também parte do interesse da população em saber mais sobre o que acontece com muitas meninas e mulheres na atualidade quando são

vítimas de tamanha precariedade. Desta forma, além da informação sobre a temática, é importante que haja maneiras para combater o problema.

O total desconhecimento deste assunto é evidente em grande parcela da população, e quando existe algum conhecimento sobre, alguns tem a visão de que esta problemática é desnecessária e fora de pauta, distante da realidade brasileira, inclusive de diversas mulheres (ZILAH et al., 2021).

O modo como a menstruação ainda é tratada nos dias de hoje, afeta não somente o modo como as mulheres lidam com os acontecimentos naturais do corpo feminino, mas também afeta no plano de desenvolvimento e impede que sejam criadas soluções que beneficiem as pessoas menstruantes, no que diz respeito a obtenção de meios para uma boa prática da higiene menstrual de qualidade (ROCHA et al., 2022).

A pobreza menstrual é, além de uma questão de saúde pública, é também uma questão social. Os grandes e diferentes impactos demonstrados por ela, evidenciam que deve ser prioridade para aquelas que são capazes de solucioná-lo ou, pelo menos, minimizá-lo. A omissão do estado, sem a garantia de acesso a saneamento básico, taxaço sobre o valor dos absorventes, o fato de não haver distribuição gratuita e a disseminação de informação, corrobora para que mais pessoas menstruantes sigam sendo vítimas da pobreza menstrual no Brasil (ASSAD, 2021).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentou o conhecimento das mulheres acerca dos impactos da pobreza menstrual, trouxe a necessidade de que o absorvente passe a ser considerado um item essencial, a importância da higienização íntima de qualidade e a necessidade de que sejam criadas propostas para redução do problema. Os objetivos sugeridos foram alcançados e a hipótese foi confirmada, o que se desdobrou em um amplo debate sobre a temática proposta, a partir dos relatos das participantes entrevistadas.

Inicialmente, foi necessário deixar em evidência o conhecimento das mulheres sobre o que é a pobreza menstrual, visto que é o problema causador dos impactos negativos às pessoas menstruantes. Com isso, ficou claro que o conhecimento das mulheres sobre este tema é muito raso ou não existe qualquer compreensão sobre o assunto. Desta forma, fica evidente que há a necessidade de fragmentar as informações sobre essa adversidade nos diferentes meios de comunicação, para que atinja o conhecimento de todos, de que é algo presente na nossa realidade e no nosso país, e assim facilite a criação de soluções para a mesma, colabore com a desmistificação de tabus associados a menstruação e possa proporcionar mais informação sobre a menstruação e a higienização desse período.

Outro ponto importante, é a necessidade de que a educação menstrual passe a ser presente na vida de meninas e mulheres desde cedo. Para além de ter conhecimento do próprio corpo e sua anatomia, essa menina possa saber como ter um manejo correto da sua menstruação, como higiene e troca do absorvente. Sabendo que existe a necessidade frequente de higienização, mas não só isso. Há a necessidade de saber como realizar essa higiene íntima e com quais materiais esse cuidado deve ser feito, para que sejam evitadas diversas enfermidades decorrentes da má limpeza, e chamar a atenção sobre troca constante do absorvente. Importante também para os meninos aceitarem a menstruação como algo normal e natural, evitando que seja propagador de preconceitos e tabus acerca da menstruação.

Ademais, pode-se reforçar a existente urgência em que políticas públicas sejam criadas para que as meninas e mulheres que são acometidas pela pobreza menstrual, possam ser amparadas e voltem a ter sua dignidade mantida. Como também deve haver a taxação dos impostos que são presentes nos absorventes e outros produtos importantes nesse período, o que poderia baratear seu valor final. As soluções propostas devem levar em consideração a realidade que diferentes mulheres estão inseridas, para que haja redução nos impactos causados em sua vida física, psicológica e social.

Portanto, fica claro que a pobreza menstrual e seus impactos é mais uma adversidade que não pode continuar sendo negligenciada, que merece ser tratada com a devida importância para instaurar mais direito e respeito às pessoas menstruantes. Com uma sociedade mais inclusiva e com a busca pela saúde do que deve ser visto como natural desde sempre. Por fim, o presente estudo pôde contribuir com o incremento de informações sobre a pobreza menstrual e os impactos causados por esse problema. Colaborou demonstrando o conhecimento das mulheres acerca deste assunto, trazendo mais uma fonte de conhecimento para a sociedade, de forma a suprir essa carência.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Cristina Lopes. Pobreza menstrual e políticas públicas para mulheres e meninas. **Questionário sobre Pobreza Menstrual**. Entrevistadora: Mariana Alves Peixoto da Rocha Brito. Goiás, p. 56, 2021.

ARRAES, Marília. et al. **Projeto de Lei n. 4968/2019**. Institui o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos nas escolas públicas que ofertam anos finais de ensino fundamental e ensino médio. Brasília: Câmara dos Deputados, 11 set. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2219676> Acessado em: 11 maio. 2022.

ARRAES, Marília. **Projeto de Lei n. 5474/2019**. Dispõe sobre a oferta de absorventes higiênicos em unidades da rede de atenção primária à saúde. Brasília: Câmara dos Deputados, 9 out. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2224730> Acessado em: 11 maio. 2022.

ASSAD, Beatriz Flügel. Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. **Revista Antinomias**, Paraná, v. 2, n. 1, 2021.

BAHIA, Letícia. **Livre Para Menstruar**: pobreza menstrual e a educação de meninas. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://livreparamenstruar.org/>. Acessado em: 26 out. 2021.

BARGE, Inês Gouveia. **A Gestão da Higiene Menstrual** - Percepções Sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) - Universidade de Lisboa, Lisbon School of Economics & Management. Lisboa, p. 52, 2018. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/16376/1/DM-IGB-2018.pdf> Acessado em: 23 out. 2021.

BRASIL. **Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília: Presidência da República, [1984]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm Acesso em: 05 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Saúde Brasil 2004** – uma análise da situação de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2004.pdf. Acesso em: 09 maio. 2022.

BRÊTAS, J.R., et al. Significado da menarca segundo adolescentes. **Acta Paul Enferm.**, v. 25, n. 2, p. 249-255, 2012.

BRITO, M.A.P.R. **Pobreza menstrual e políticas públicas para mulheres e meninas**. Dissertação (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Goiás, Goiás. 2021.

BONET, Ramón; GARROTE, Antonieta. Higiene de la zona íntima femenina: más allá de la limpieza. **Offarm: farmacia y sociedad**, v. 24, n. 11, p. 76-80. 2005

CARDOSO, Lauren F. et al. Period poverty and mental health implications among college-aged women in the United States. **BMC women's health**, v. 21, n. 1, p. 1-7, 2021.

CORDOVIL, Daniela. O poder feminino nas práticas da Wicca: uma análise dos “Círculos de Mulheres”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 352, 2015.

Entenda o que é o projeto de doação de absorventes, vetado por Bolsonaro. **O Tempo**, 08 out. 2021. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/entenda-o-que-e-o-projeto-de-doacao-de-absorventes-vetado-por-bolsonaro-1.2553028>. Acessado em: 02 nov. 2021.

GARCON. **Hacia una mejor inversión en la salud y la higiene menstrual**. 2021. Disponível em: <https://thecaseforher.com/wp-content/uploads/2021/02/making-the-case-spanish.pdf> Acessado em: 23 out. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

IBASE. **Cuidar da higiene menstrual é um direito de cidadania**. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), 2021. Disponível em: <https://ibase.br/2021/10/08/cuidar-da-higiene-menstrual-e-um-direito-de-cidadania/opinioao/> Acessado em: 07 nov. 2021.

KAUR, Rupi. **O que o sol faz com as flores**. 23ª edição. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

KNECHTEL, Maria do Rosário. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. **Intersaberes**, Curitiba, 2014.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. O sujeito coletivo que fala. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 10, p. 517-524, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v10n20/17.pdf> Acessado em: 22 nov. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003.

MORAES, P.A.; BARBIERI, M.; GABRIELLONI, M.C.; TANAKA, L.H. Percepção das mulheres sobre o impacto da menstruação no cotidiano de vida. **Revista Saúde**, Santa. Maria, v. 45, n. 2, 2019.

Mulheres contam que já tiveram que escolher entre comprar comida e absorvente: 'A fome dói'. **G1 Tocantins**, Tocantins, 11 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2021/07/11/mulheres-contam-que-ja-tiveram-que-escolher-entre-comprar-comida-e-absorvente-a-fome-doi.ghtml> Acessado em: 22 out. 2021.

NERIS, Brenda Borba dos Santos. Políticas fiscais e desigualdade de gênero: análise da tributação incidente nos absorventes femininos. **Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade**, Natal, v. 11, n. 2, 2020.

ONU. **Relatório do Relator Especial sobre o direito humano à água potável segura e ao esgotamento sanitário**. Organização das Nações Unidas, 2016. Disponível em:

https://www.ohchr.org/Documents/Issues/water/A-HRC-33-49_PORT.pdf Acessado em: 06 nov. 2021.

PEREIRA, Suzana José Balbino. **O comportamento do consumo da mulher: um estudo sobre a compra de alternativas ecológicas aos absorventes**. Trabalho apresentado para conclusão de curso de Administração de Empresas da PUC-Rio. 45 f., 2019.

QUEIROZ, Nana. **Presos Que Menstruam**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

RATTI, C.R.; AZZELLINI, E.C.; BARRENSE, H.; GROHMANN, R. O tabu da menstruação reforçado pelas propagandas de absorvente. In: **Congresso brasileiro de ciências da comunicação**, 2015, Rio de Janeiro, Brasil. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Rio de Janeiro; 2015.

RICHARDSON, Roberto Jerry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2010.

ROCHA, I.C., et al. Pobreza menstrual no mundo: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 10704 - 10714, 2022.

SILVA, Ludmylla Fernanda de Siqueira; ALVES, Náthalie da Cunha. Higiene pessoal: a importância de estudar o corpo humano. **Biodiversidade**, v. 13, n. 2, p. 76, 2014.

SEBRAE. **Políticas Públicas: Conceitos e Práticas**. Minas Gerais: Série Políticas Públicas, v. 7, 2008. Disponível em: <http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/manual%20de%20politicass%20p%20C3%9Ablicas.pdf> Acessado em: 27 out. 2021.

SHINOHARA, M.Y.; BEZERRA, L.C.; TAKAGI, A.M. Conceito de mulheres sobre sua menstruação. **R. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 47, n. 2, p. 195-205, 1994.

UNFPA; UNICEF. **Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos**. 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_mai2021.pdf Acessado em: 02 out. 2021.

VARGENS, O.M.; MARINHO, D.S.; SILVA, A.C.; OLIVEIRA, Z.M. A percepção de mulheres sobre a menstruação: uma questão de solidariedade. **Rev enferm UERJ**, Rio de Janeiro, v. 27, 2019.

ZILAH, Débora; SANTIAGO, Francielly; FERREIRA, Isabela Carvalho Luíza. **POBREZA MENSTRUAL**. [Relatório Científico - Curso de Jornalismo]. Belo Horizonte: Centro Universitário UNA, 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezada Senhora,

Estamos convidando a senhora a participar do projeto intitulado **O Conhecimento das Mulheres Acerca dos Impactos da Pobreza Menstrual**, desenvolvido pela discente Livia Dandara Vieira Maia, do curso de enfermagem da Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró – FACENE/RN, sob orientação da Professora Ana Cristina Arrais.

Destacamos que sua participação nesta pesquisa será de forma voluntária, e que você possui liberdade para decidir participar do estudo, bem como retirar-se a qualquer momento sem prejuízos a você, de qualquer natureza.

O objetivo desta pesquisa é estudar o conhecimento das mulheres acerca dos impactos da pobreza menstrual; conhecer os fatores que interferem no acesso às informações sobre a pobreza menstrual; discutir o conhecimento das mulheres sobre os cuidados íntimos adequados durante o período menstrual; investigar a percepção das mulheres sobre as consequências ocasionadas pelos impactos da pobreza menstrual. Para tanto, após assinatura deste termo, você poderá responder a um questionário com perguntas abertas e questões específicas sobre o tema abordado, em um ambiente privado onde estarão presentes apenas a senhora e a entrevistadora. Depois daremos início com as perguntas, onde sua voz será gravada com o auxílio de um aparelho telefônico, mantendo sempre a ética e total sigilo das informações colhidas. A pesquisa não irá acarretar em riscos físicos, biológico, sociais, entre outros. Com isso, através de sua participação, será possível colaborar com o incremento de informações sobre a temática, bem como ter mais apoio para a causa e assim, ajudar positivamente meninas e mulheres que enfrentam essa adversidade. Medidas de proteção contra a COVID-19 também serão tomadas, como respeitar o distanciamento social, uso de máscara e disponibilidade de álcool gel 70%.

Você não terá qualquer tipo de despesa por participar desta pesquisa, como também não receberá remuneração por sua participação. Informamos ainda que os resultados deste estudo poderão ser apresentados em eventos da área de saúde, publicados em revista científica nacional e/ou internacional, bem como apresentados nas instituições participantes. Porém asseguramos o sigilo quanto às informações que possam identificá-la, mesmo em ocasião de publicação dos resultados.

Caso necessite qualquer esclarecimento adicional, ou diante de qualquer dúvida, você poderá solicitar informações a pesquisadora responsável¹. Também poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró – FACENE/RN². Este documento está elaborado em duas vias, uma delas ficará com você e a outra com a equipe de pesquisa.

Consentimento

Fui devidamente esclarecido sobre a pesquisa, seus riscos e benefícios, os dados que serão coletados e procedimentos que serão realizados além da garantia de sigilo e de esclarecimentos sempre que necessário. Aceito participar voluntariamente e estou ciente que poderei retirar meu consentimento a qualquer momento sem prejuízos de qualquer natureza.

Receberei uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e outra via ficará com a pesquisadora responsável.

Mossoró, ____ de _____ de 2022.

Ana Cristina Arrais



Assinatura da participante da pesquisa

¹Pesquisadora Responsável: Ana Cristina Arrais
Endereço: Av. Presidente Dutra, Mossoró-RN, CEP: 59628-000
E-mail: anaarrais@facenemossoro.com.br
Telefone: (84) 3312-0143

²Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): O Comitê de Ética, de acordo com a Resolução CNS nº 466/2012, é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo e educativo, criado para defender os direitos dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos.

CEP FACENE/FAMENE - Av. Frei Galvão, 12 – Bairro Gramame - João Pessoa -Paraíba – Brasil,
CEP: 58.067-695. Fone: +55 (83) 2106-4790. Horário de atendimento (Segunda à Sexta das 08h às 17h). E-mail: cep@facene.com

APÊNDICE B – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

I- Dados relacionados ao perfil social das mulheres entrevistadas:

- 1) Iniciais: _____
- 2) Idade: _____
- 3) Escolaridade:
() Não Alfabetizadas () Fundamental Completo () Fundamental Incompleto () Médio Completo () Médio Incompleto () Superior Completo () Superior Incompleto
- 4) Trabalha? () Sim () Não
- 5) Sua renda mensal é superior ou inferior a um salário mínimo? _____
- 6) Cidade residente: _____ Zona Rural () Zona Urbana ()
- 7) Cor: () Branca () Preta () Parda () Amarela () Indígena

II- Dados relacionados ao conhecimento das mulheres acerca dos impactos da pobreza menstrual:

- 1) O que você entende sobre pobreza menstrual?
- 2) Na sua opinião, quais impactos a pobreza menstrual pode ocasionar na vida das mulheres?
- 3) Como você acha que esses impactos poderiam ser reduzidos?
- 4) Quais são os cuidados necessários que a mulher deve tomar durante o período menstrual?
- 5) Quais as limitações que dificultam o acesso às informações sobre os impactos da pobreza menstrual?